

27 DEZ 1990

# Atalhos e caminhos no combate à inflação *Economia DO BRASIL*

Fernando de Holanda Barbosa \*

*"Os atalhos são sempre perigosos. É melhor utilizar um caminho já conhecido, mais seguro, talvez um pouco mais longo, mas que nos garanta resultados concretos e consistentes."*

Presidente Fernando Collor

A crise da economia brasileira que começou no final dos anos 70, e que continuou por toda a década dos 80, tem dois componentes: um estrutural e outro conjuntural. A crise estrutural manifesta-se através do declínio da taxa de crescimento do produto potencial da economia e a crise conjuntural está associada à aceleração do processo inflacionário. As duas componentes são inter-relacionadas, pois têm como origem comum a falência das finanças públicas. O governo federal se tornou incapaz de poupar e de financiar suas despesas através de mecanismos não inflacionários.

As políticas econômicas dos governos dos presidentes Figueiredo e Sarney não atacaram as raízes do problema, por erros sucessivos de diagnósticos que levaram a um quadro de estagnação com inflação. Na administração Figueiredo, sob a égide do FMI, fez-se um ajuste fiscal transitório, comprimindo-se artificialmente as despesas correntes e os investimentos básicos. Esta estratégia transferiu para o futuro a solução da crise fiscal, contribuindo para aprofundá-la com os cortes indiscriminados no investimento, que levaram à deterioração da infra-estrutura da nossa economia.

No governo Sarney, os Planos Cruzado, Bresser e Verão usaram e abusaram da pirotecnia, deixando de lado as questões fundamentais. O Poder Legislativo, para não ficar de fora da festa heterodoxa, brindou o país com uma Constituição que, em vez de contribuir para a solução dos problemas da economia brasileira, agravou-os ao cometer dois tipos de pecados: fazer o que não deveria e deixar de fazer o que deveria ser feito. A Reforma Fiscal da Constituição de 1988 não teve nenhuma preocupação em resolver o problema estrutural das finanças do governo federal. Pelo contrário, tirou de quem não tinha para dar a quem não precisava. Na boa tradição do Poder Legislativo brasileiro a Constituição criou mais um trem da alegria com a estabilidade dos funcionários públicos. Na nova Constituição, a aposentadoria continuou a ser por tempo de serviço (após

trinta e cinco anos de trabalho para os homens e trinta para as mulheres), ignorando-se os avanços da medicina e a aritmética dos cálculos atuariais.

O presidente Collor tem demonstrado através de seus pronunciamentos um entendimento correto da crise da economia brasileira. Na verdade ele tomou algumas decisões arrojadas e pôs em marcha reformas, como a privatização de empresas estatais, a abertura ao comércio exterior, a demissão de funcionários públicos, a extinção de órgãos públicos, a extinção dos fundos ao portador, a liquidação extrajudicial de bancos estaduais. Estas reformas, há poucos anos, encontrariam fortes resistências de amplos segmentos da sociedade brasileira, principalmente dos grupos políticos autodenominados progressistas. Certamente, este é o caminho que deve ser percorrido, não obstante os obstáculos que possa encontrar. Todavia, os fracos resultados obtidos até aqui pelo programa de combate à inflação, com a inflação anualizada dos últimos seis meses atingindo a faixa dos 365%-387% (INPC-IBGE/ICV-DIEESE) e o elevado custo social do programa em virtude da recessão, com o PIB declinando de 1,23% no terceiro trimestre de 1990, levam-nos à seguinte questão: seria o programa de estabilização proposto e executado pela equipe econômica do governo Collor um caminho já conhecido de comprovada eficácia ou, na verdade, um atalho perigoso, que pode, de repente, nos conduzir novamente ao ponto de partida?

O Plano Collor divergiu dos programas anteriores de combate à inflação por estar alicerçado no tripé formado pelos instrumentos das políticas monetária, fiscal e de rendas. Entretanto, o ajuste fiscal foi transitório, a política de rendas foi abandonada no início de maio, e o Plano se transformou num programa "monetarista ortodoxo" semelhante ao aplicado pelos "Chicago Boys" no Chile no período de 1973 a 1978. Os "Chicago Boys" acreditavam que a política monetária, através das forças de mercado, seria capaz de debelar rapidamente o processo inflacionário. A realidade foi bastante diferente do que eles imaginaram.

Na experiência chilena, a inflação medida pelo índice de preços ao consumidor caiu de 605,9% ao ano em 1973 para 375,9% em 1974, 340,1% em 1975, 174,3% em 1976, 63,5% em 1977 e 30,3% em 1978. Este programa produziu uma maxirrecessão em 1975, quando o PIB decresceu de 16,6% e o PIB só voltou a atingir o nível de 1974 em 1978. No programa chileno fez-se um ajuste fiscal com a redução do déficit público de 6% do PIB em 1975, mas não houve um

ajuste fiscal permanente, num horizonte intertemporal, e que eliminasse completamente o imposto inflacionário. O programa de estabilização chileno conseguiu, depois de cinco anos, reduzir a inflação para um patamar baixo, mas não é um exemplo a ser seguido por três razões. Em primeiro lugar, porque o seu custo social é extremamente elevado. Em segundo, porque se desejarmos que o Brasil passe a conviver com taxas de inflação dos países do primeiro mundo, temos que eliminar de uma vez por todas o imposto inflacionário. Em terceiro lugar, porque o regime de política monetária-fiscal numa economia que se utiliza do imposto inflacionário pode conduzir a uma dinâmica explosiva, como aconteceu durante o governo Sarney.

A conclusão a que se chega é que o Plano Collor enveredou por um atalho perigoso, e que é necessária uma mudança radical no programa de estabilização para colocá-lo num caminho seguro, para que o objetivo de liquidar com a inflação seja alcançado.

A inflação brasileira decorre de um conflito distributivo entre os vários grupos da sociedade, que se exprime através de um desequilíbrio estrutural no orçamento do governo, com o déficit público sendo financiado por emissão de moeda. A inflação é conseqüentemente um problema político e só pode ser resolvido politicamente, por um acordo entre os vários grupos da sociedade, através de uma nova ordem constitucional. Esta nova ordem deve criar regras que não permitam a ocorrência de desequilíbrios estruturais no orçamento do governo e que contemplem os recursos para que o estado faça os investimentos necessários para o crescimento econômico brasileiro. A eliminação da inflação será então um subproduto desta nova ordem.

A instalação da nova legislatura e a posse dos governadores eleitos em 1991 são grandes oportunidades para que o presidente Collor tome a iniciativa de propor uma ampla reforma constitucional que permita resolver a crise econômica brasileira. No início do mandato os políticos não estarão tão preocupados com os problemas de curto prazo que interferem nos resultados das eleições. Haverá, então, clima para um entendimento que leve a sociedade brasileira a um caminho já conhecido (basta olhar os exemplos dos países do primeiro mundo) e que certamente nos garantirá resultados concretos e consistentes.

\* Diretor de Pesquisas da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas